



Relatório & Contas

Consolidadas

2017

Nestlé Portugal, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas respeitantes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

De acordo com as últimas projeções estima-se que a economia global em 2017 apresente um reforço do crescimento do PIB para 3,6% vs 3,1% em 2016.

A maior robustez do sector privado surge como fator determinante nos maiores níveis de investimento realizados no decurso do ano essenciais ao aumento da produtividade e crescimento real de poder compra no médio longo prazo.

Em termos geográficos a boa performance da economia mundial refletiu-se igualmente nos principais países geradores de riqueza EUA, Brasil, Canadá, Zona Euro, Rússia, Japão, China com revisões em baixa da Índia e Reino Unido.

A zona Euro apesar de apresentar indicadores de crescimento do PIB vs período homologado (2.4% vs 1.8%) continua a ter um crescimento modesto e abaixo da média OCDE fruto do atraso da consolidação fiscal entre os estados membros, na implementação das reformas estruturais e do impacto das imparidades dificultando a canalização de capital para ativos tangíveis geradores de dinamismo e atividade económica.

Em Portugal a retoma económica ganhou força ao longo de 2017 com o PIB atingir 2.6% devido às reformas estruturais dos últimos anos e ao reforço da procura privada refletindo um maior rendimento disponível assim como uma aceleração do emprego fixando-se a taxa de desemprego no final do ano abaixo dos dois dígitos (-9.1%).

Simultaneamente o investimento privado aumentou rapidamente e as intenções de contratação estão numa trajetória ascendente. Os exportadores também têm conquistado quota de mercado, não obstante os sinais de que os preços das exportações aumentaram recentemente face à concorrência.

Por fim a estimativa de fecho do índice de preços ao consumidor (Inflação) prevê um agravamento vs 2016 (1.5% vs 0.6%) em função do aquecimento da economia nacional sobretudo motivado pelo aumento da procura e do consumo privado.

Os dados macroeconómicos acima mencionados foram extraídos do relatório da OCDE.

2. ACTIVIDADE DO GRUPO

2.1. Empresas incluídas no Grupo Nestlé Portugal e atividade desenvolvida.

O universo das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo integrou, em 31 de dezembro de 2017, as seguintes empresas:

	% de Participação
Nestlé Portugal, S.A.	Casa - mãe
Prolacto – Lacticínios de São Miguel, S.A.	100%
Cereal Associados Portugal, A.E.I.E.	50%

Em clima de continua retoma económica a Nestlé Portugal mais uma vez demonstrou a capacidade de gerar resultados positivos em linha com objetivos definidos pelos seus acionistas, mantendo os níveis de qualidade dos seus produtos, garantindo a boa prestação de serviços aos seus clientes assim como reforçando a confiança dos seus consumidores

Desta forma, voltámos a demonstrar a resiliência da Nestlé Portugal enaltecendo a entrega de todas as nossas pessoas e a capacidade para, de forma contínua e sustentável, contribuir para o tecido económico e social do País.

Foi também um ano importante em termos de criação de emprego, através de novos serviços e de novas formas de organização de processos internos. Um exemplo disso é o NBS Lisbon, que, com uma equipa de 124 pessoas, está a prestar serviços de Order to Cash e de Source to Pay a diversos países.

2.2. Política de investimentos

O Grupo continuou a desenvolver uma política de investimentos em linha com os objetivos definidos, com especial incidência nas áreas de Vendas e Distribuição, de Produção e das Tecnologias de Informação das diferentes empresas, que ascenderam a 14 milhões de Euros.

Na área de Produção, e pela importância que as fábricas desempenham na estratégia de desenvolvimento dos nossos produtos e marcas em Portugal, foram efetuados investimentos com o objetivo de dotar as fábricas do Grupo com os meios técnicos necessários às exigências da produção e qualidade atuais.

2.3. Performance

Num ano alavancado pela tendência positiva dos principais indicadores macroeconómicos a Nestlé Portugal apresentou:

- Crescimento orgânico 1% em ano de forte inovação
- Inovação teve um peso de 13% no volume total de negócios
- Investimentos de 14 milhões de euros.

Apesar do potencial risco de endividamento extremo sempre presente em Portugal, as famílias estão a consumir em maior quantidade fruto da confiança macroeconómica vigente.

Em 2017 o Grupo apresentou resultados operacionais no montante 20.374 milhares de euros substancialmente abaixo de 2016 (31.177 milhares de euros) e maioritariamente justificado pela imparidade registada da participação na Prolacto, Lactínios de São Miguel, S.A. no montante de 9.961.891 euros.

Apesar da intensa competitividade que vivemos, a Nestlé Portugal foi mais uma vez reconhecida pela capacidade em entregar os objetivos a que se propôs assim como ser uma referência pela implementação e desenvolvimento de novos processos, projetos e parcerias de curto, médio e longo prazo fundamentais à reorganização estrutural que assistimos.

2.4. Volume de negócios

O volume de negócios consolidado das empresas do Grupo Nestlé em Portugal, durante o período de 2017, atingiu o montante de 484 Milhões de euros, o que constitui um aumento de 4,5 Milhões de euros vs 2016.

Em termos de contribuição a destacar os negócios da Purina reforçando cada vez mais a importância dos Pets no seio das nossas famílias; Nutrição Infantil onde Cerelac apresentou uma gama crescente e inovadora; Confectionery, Dairy and Food com ganhos de quota e bons desempenhos no retalho; Nescafé Emena com boa performance nas várias categorias

confirmando o sucesso do modelo implementado em 2016 através do trabalho conjunto entre Retalho, OOH e Nespresso com excelentes resultados e reforçando o posicionamento da sua marca via desenvolvimento dos seus canais e alargamento de clientes

3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito da prossecução do seu objeto social e tal como aconteceu nos anos anteriores, no período de 2017 a o Grupo manteve em vigor os contratos de prestação de serviços celebrados com a sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Nestlé não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os resultados do Grupo Nestlé Portugal espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adotados durante o período e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

O resultado consolidado líquido do período, positivo, de 15.175 milhares de euros, representa uma redução de 5.824 Milhares de euros face ao do período de 2016. Expurgando do resultado de 2017 o efeito negativo do registo da imparidade dos ativos da Prolacto, Lacticínios de São Miguel, no montante de 9.962 milhares de euros o resultado de 2017 teria aumentado em 4.138 milhares de euros quando comparado com o 2016.

Após o encerramento do período do ano 2017, ocorreu a venda (9 de abril de 2018) da participação que a Nestlé Portugal detinha na Prolacto, Lacticínios de São Miguel, mas que não alterou os resultados aqui apresentados, pois já tinha sido registada em 2017 a perda da imparidade da participação. Assim não ocorreram outros factos relevantes suscetíveis de alterar

significativamente a situação financeira das Empresas que constituem o Grupo Nestlé em Portugal ou os resultados aqui apresentados.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO

A Nestlé Portugal tem como prioridade continuar a reforçar a sua presença na sociedade garantindo para tal a excelência de execução e qualidade dos seus produtos e serviços.

Para tal continuamos a investir nos nossos colaboradores uma vez que como principais ativos o desenvolvimento das suas competências é garante do sucesso e afirmação da nossa organização

junto dos nossos parceiros, clientes e consumidores quer no mercado interno quer no mercado externo.

Pretendemos igualmente continuar a entregar o modelo Nestlé fruto da sustentabilidade do crescimento das vendas e rentabilidade assegurado pelas boas práticas de trabalho e compliance e contribuindo para melhoria da qualidade de vida e para um futuro mais saudável sempre com o propósito e estrutura de valores baseados no respeito.

A sustentabilidade do modelo de crescimento e rentabilidade demonstrada pela capacidade de entregar anualmente os resultados comprometidos fazem com que a Nestlé Portugal veja o futuro de forma positiva e em linha com os objetivos delineados e acordados no plano operacional.

7. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais

estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. O Grupo definiu uma política de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente.

Os ajustamentos para imparidade são estimados em função das perdas estimadas na carteira de clientes e outros devedores, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto do grupo.

É de notar que o Grupo possui uma linha de crédito negociada com uma entidade relacionada (Grupo Nestlé), gerindo a sua utilização em função das necessidades de curto prazo.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os lucros do Grupo. Por sua vez, a procura está exposta a diversos fatores que contribuem para o seu carácter volátil, nomeadamente, a sofisticação ou grau de maturidade dos mercados, a estrutura concorrencial, a quebra do ritmo de desenvolvimento económico e alterações ao nível da conjuntura económica, bem como a apresentação no mercado de formas alternativas de disponibilização dos serviços fornecidos.

O Grupo encontra-se exposto a este risco na medida em que os mercados nos quais desenvolve a sua principal atividade se encontram bastante expostos às flutuações nos orçamentos familiares.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do período, que ascende a 15.175 milhares de Euros seja transferido para Resultados Transitados.

9. NOTA FINAL

A Administração agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade do Grupo, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no período findo.

Linda-a-Velha, 10 maio de 2018

A ADMINISTRAÇÃO

Laurent Stéphane Rémy Dereux – Presidente

Paolo Fagnoni - Administrador Delegado

Carla Duarte Parreira – Administrador

Jorge Olalde Betoño – Administrador

Luís Filipe Cardoso Rodrigues – Administrador

Miguel Serra Heras - Administrador

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	92 564 080	101 840 271
Goodwill	8	449 107	598 810
Ativos intangíveis	8	393 429	298 243
Participações financeiras - outros métodos	9	12 502	12 502
Clientes	10	835 624	1 076 360
Diferimentos	11	13 948 435	13 478 692
Ativos por impostos diferidos	12	5 082 342	3 382 704
Total do activo não corrente		<u>113 285 520</u>	<u>120 687 582</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	34 219 692	28 646 378
Clientes	10	79 455 890	85 675 204
Estado e outros entes públicos	14	-	45 563
Outros créditos a receber	10	2 119 252	4 316 641
Diferimentos	11	8 036 023	8 702 872
Ativos financeiros detidos para negociação	15	17 815	2 353 473
ativos não correntes detidos para venda	7	6 525 947	-
Caixa e depósitos bancários	5	2 729 589	1 579 328
Total do ativo corrente		<u>133 104 207</u>	<u>131 319 459</u>
Total do ativo		<u><u>246 389 727</u></u>	<u><u>252 007 041</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	16	30 000 000	30 000 000
Prémios de emissão	16	13 732 757	13 732 757
Reservas legais	16	6 000 000	6 000 000
Outras reservas	16	(31 704)	(9 099)
Resultados transitados	16	17 941 370	21 940 613
Excedentes de revalorização	16	6 878 475	6 871 515
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	(3 485 730)	(6 322 783)
		<u>71 035 168</u>	<u>72 213 003</u>
Resultado líquido do período		15 175 262	20 999 151
Total do capital próprio		<u>86 210 430</u>	<u>93 212 154</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	3 543 460	3 060 176
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	3 498 257	7 817 924
Passivos por impostos diferidos	12	3 135 338	4 132 217
Outras dívidas a pagar	19	898 373	791 871
Total do passivo não corrente		<u>11 075 429</u>	<u>15 802 188</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	73 496 511	74 044 386
Estado e outros entes públicos	14	13 035 522	15 275 874
Financiamentos obtidos	5 / 20	32 427 629	28 356 776
Outras dívidas a pagar	19	27 317 457	24 767 260
Passivos financeiros detidos para negociação	15	300 801	548 403
Passivos não correntes detidos para venda	7	2 525 947	-
Total do passivo corrente		<u>149 103 868</u>	<u>142 992 699</u>
Total do passivo		<u>160 179 297</u>	<u>158 794 887</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>246 389 727</u></u>	<u><u>252 007 041</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017.

Linda-a-Velha, 10 de maio 2018

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	484 451 576	479 942 395
Subsídios à exploração	22	111 321	87 344
Variação nos inventários da produção	13	1 183 124	(1 417 179)
Trabalhos para a própria entidade	6/8	456 043	266 870
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(242 560 194)	(241 148 992)
Fornecimentos e serviços externos	23	(127 091 921)	(126 732 678)
Gastos com o pessoal	24	(70 845 484)	(67 510 984)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	13	(153 414)	(26 754)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	(270 773)	109 669
Provisões (aumentos / reduções)	17	(1 735 792)	(1 415 310)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	7	(9 961 891)	
Outros rendimentos	25	8 445 335	12 190 987
Outros gastos	26	(8 390 946)	(10 620 007)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 636 984	43 725 360
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	27	(13 262 869)	(12 547 977)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	6	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 374 115	31 177 383
Juros e rendimentos similares obtidos	28	939	21 732
Juros e gastos similares suportados	28	(260 477)	(306 137)
Resultado antes de impostos		20 114 577	30 892 978
Imposto sobre o rendimento do período	12	(4 939 315)	(9 893 827)
Resultado líquido do período		15 175 262	20 999 151

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Linda-a-Velha, 10 de maio 2018

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLE PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(105 681)	59 668 890	6 871 515	(3 248 090)	212 271 722	325 191 113
Alterações no período:										
Ajustamentos por impostos diferidos	16	-	-	-	(34 822)	-	-	1 120 010	-	1 085 188
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	131 403	-	-	(4 194 702)	-	(4 063 299)
		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 100)	59 668 890	6 871 515	(6 322 782)	212 271 722	322 213 002
Resultado líquido do período									20 999 151	20 999 151
Resultado integral									233 270 873	343 212 153
Operações com detentores de capital no período										
Distribuições	16	-	-	-	-	(250 000 000)	-	-	-	(250 000 000)
Outras operações	16	-	-	-	-	212 271 722	-	-	(212 271 722)	-
		-	-	-	-	(37 728 278)	-	-	(212 271 722)	(250 000 000)
Posição no fim do período 2016		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 099)	21 940 613	6 871 515	(6 322 783)	20 999 151	93 212 154

Linda-a-Velha, 10 de maio 2016

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Pablo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Oláide Belofo
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 099)	21 940 613	6 871 515	(6 322 783)	20 999 151	93 212 154
Alterações no período:										
Ajustamentos por impostos diferidos	16	-	-	-	8150	-	6 960	(1 006 324)	-	(991 214)
Outras alterações reconhecidas no capital próp.	16	-	-	-	(30 754)	1 606	-	3 843 377	-	3 814 229
		<u>30 000 000</u>	<u>13 732 757</u>	<u>6 000 000</u>	<u>(31 704)</u>	<u>21 942 219</u>	<u>6 878 475</u>	<u>(3 485 730)</u>	<u>20 999 151</u>	<u>96 035 188,29</u>
Resultado líquido do período									15 175 262	15 175 262
Resultado integral									<u>36 174 413</u>	<u>111 210 430</u>
Operações com detentores de capital no período										
Distribuições	16	-	-	-	-	(25 000 000)	-	-	-	(25 000 000)
Outras operações	16	-	-	-	-	20 999 151	-	-	(20 999 151)	0
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4 000 849)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20 999 151)</u>	<u>(25 000 000)</u>
Posição no fim do período 2017		<u>30 000 000</u>	<u>13 732 757</u>	<u>6 000 000</u>	<u>(31 704)</u>	<u>17 941 370</u>	<u>6 878 475</u>	<u>(3 485 730)</u>	<u>15 175 262</u>	<u>86 210 430</u>

Linda-a-Velha, 10 de maio 2018

O Contabilista Certificado

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Laurent Stéphane Rémy Dereux
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		491 374 204	486 264 575
Pagamentos a fornecedores		(372 875 202)	(368 579 234)
Pagamentos ao pessoal		(72 258 238)	(68 525 710)
Caixa gerada pelas operações		46 240 765	49 159 630
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(10 913 554)	(7 291 769)
Outros recebimentos / pagamentos		(395 687)	(1 588 766)
Fluxos das atividades operacionais [1]		34 931 521	40 279 095
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12 721 546)	(15 625 706)
Ativos intangíveis		(125 210)	(126 950)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
		(12 846 756)	(15 752 656)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		255 305	339 682
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	3 449 673
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		939	21 732
Dividendos		-	-
		256 244	3 811 087
Fluxos das atividades de investimento [2]		(12 590 512)	(11 941 569)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(261 601)	(306 138)
Dividendos	16	(25 000 000)	(250 000 000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		(25 261 601)	(250 306 138)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(25 261 601)	(250 306 138)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(2 920 592)	(221 968 612)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	(26 777 448)	195 191 166
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	(29 698 040)	(26 777 448)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Linda-a-Velha, 10 de maio de 2018

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.

Consolidado

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, S.A., (“Nestlé Portugal” ou “Empresa/Sociedade”) é uma sociedade anónima constituída em Avanca em 10 de março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como atividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras da Nestlé Portugal S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 10 de maio de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Acionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal, S.A. incluem as contas da subsidiária Prolacto – Lacticínios de S.Miguel, S.A. em que participa no respetivo capital social (100%) exercendo o controlo da sua gestão, a qual foi englobada pelo método da consolidação integral de acordo com a NCRF 15. O agrupamento Cereal Associados Portugal A.E.I.E. detido em 50% foi englobado pelo método de consolidação proporcional de acordo com a NCRF 13.

Para as sociedades englobadas na consolidação, procede-se à eliminação dos saldos e das transações significativas (com os correspondentes rendimentos e gastos) entre as empresas consolidantes (na respetiva proporção em que as mesmas são consolidadas).

As participações que não são objeto de consolidação pelo método integral, equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, estão contabilizadas ao Custo.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não existem outras contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 4.3.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Com exceção do mencionado nos parágrafos seguintes, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, o Grupo decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efetuadas a todas as instalações com exceção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta a antiguidade e o processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os ativos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. O Grupo deprecia os seus ativos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa do Grupo.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edifícios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

4.2.2. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.2.3. Ativos intangíveis

O Grupo reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Grupo e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incursos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efetivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intangíveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

4.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.5. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e Goodwill

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill. A amortização desse goodwill conforme alteração dada pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho é agora permitida e o Grupo amortizará o Goodwill gerado pela aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

4.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato o Grupo verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adotado pelo Grupo é o custo médio.

4.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e, consequentemente, deduzidos às dívidas de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

4.2.8. Contabilidade de Cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transação e que são atribuídos diretamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o início da cobertura e nos períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospetiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospectiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pelo Grupo no período de 2017 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados do período.

O Grupo possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. O Grupo avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, o Grupo tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam

as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros. O Grupo interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou o Grupo revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transação prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que o Grupo não espera que a transação prevista se vá concretizar.

4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação; e,
- Possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregado de 22,5%.

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 é sujeito a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos

por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O grupo de sociedades que compõe o Grupo Nestlé Portugal optou, por comunicação de 11 de fevereiro de 2005 à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 7 do artigo n.º 63 do CIRC, pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), válida para cinco períodos, de 2005 até 2009, a qual se prorroga, entretanto de forma automática.

4.2.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

4.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

4.2.13. Diferimentos/Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo / periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

4.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

O Grupo constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de formação ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem. Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

4.2.15. Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

O Grupo reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Plano pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de benefícios pós-emprego (planos de pensões) existentes no Grupo correspondiam, até 31 de dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em vigor, de que são beneficiários os trabalhadores ativos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.

O Grupo alterou (para os colaboradores ativos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida com rendimento mínimo garantido à data de 1 de janeiro de 2011.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

O Grupo reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, a Empresa tem constituído um Fundo de Pensões em conjunto com as restantes empresas do Grupo, gerido por uma entidade externa e independente (BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos atuariais, efetuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos atuariais de base à avaliação das responsabilidades do Grupo com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de atualização:

- Uma rentabilidade real de longo prazo de 5,00%,
- Uma taxa de crescimento dos salários de 2,00% até à idade de reforma
- Uma taxa de crescimento das pensões de 1,00% em 2016 e nos anos seguintes

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

4.2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

4.2.17. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo divulga o respetivo passivo contingente.

4.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao Grupo sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

4.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados

pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.3.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do ativo. O Grupo faz uma revisão à vida útil ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Ativos fixos intangíveis

O Grupo avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. O Grupo faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

4.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

4.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

4.3.4. Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

4.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efetuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da faturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do ano seguinte.

4.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem

determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

4.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

5 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

- 5.1** A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.
- 5.2** Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 detalham-se no mapa seguinte:

ATIVOS FINANCEIROS	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	581 887	-	581 887	139 542	-	139 542
Depósitos Bancários: Imediatamente Mobilizáveis						
Santander Totta	997 524	-	997 524	814 183	-	814 183
BPI	824 459	-	824 459	133 270	-	133 270
Deutsche Bank	177 850	-	177 850	153 625	-	153 625
Citibank	-	-	-	5 240	-	5 240
Cash Pooling c/ Nestlé Espanha (ver Nota 30)	147 869	-	147 869	333 468	-	333 468
	<u>2 729 589</u>		<u>2 729 589</u>	<u>1 579 328</u>		<u>1 579 328</u>
Descobertos Bancários:						
Santander Totta						
Cash Pooling c/ Nestlé Espanha (ver Nota 30)	(32 427 629)	-	(32 427 629)	(28 356 776)	-	(28 356 776)
	<u>(32 427 629)</u>		<u>(32 427 629)</u>	<u>(28 356 776)</u>		<u>(28 356 776)</u>
	<u>(32 427 629)</u>		<u>(32 427 629)</u>	<u>(26 777 448)</u>		<u>(26 777 448)</u>

A conta do Santander Totta funciona por *Cash Pooling* diário com a Nestlé Espanha, o seu saldo está diretamente relacionado com o *timing* dos movimentos de compensação para Clientes em dezembro de 2017.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	14 801 600	71 976 440	135 894 838	1 350 832	29 408 944	45 543 684	1 194 699	300 171 037
Aquisições	-	2 592 219	2 447 891	-	961 232	6 939 558	905 602	13 846 501
Alienações	-	-	(199 204)	-	(508 626)	(285 235)	-	(993 065)
Transferências	-	147 455	106 347	-	335 448	603 686	(1 193 315)	(378)
Abates	-	(1 847 122)	(16 967 628)	(145 287)	(5 564 469)	(2 201 894)	-	(26 726 401)
Outras variações	(1 851 000)	(8 395 466)	(16 495 542)	(731)	(760 473)	(9 781)	(38 361)	(27 551 354)
Saldo final	12 950 600	64 473 526	104 786 702	1 204 814	23 872 056	50 590 018	868 625	258 746 341
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10 126	52 722 820	90 352 381	1 349 067	23 683 013	30 213 359	-	198 330 766
Amortizações do exercício	-	1 538 196	4 510 861	1 059	1 959 505	5 035 329	-	13 044 949
Alienações	-	-	(199 204)	-	(342 499)	(249 735)	-	(791 438)
Transferências	-	-	-	-	-	(378)	-	(378)
Abates	-	(1 724 472)	(16 966 554)	(145 287)	(5 519 422)	(2 144 717)	-	(26 500 452)
Outras variações	-	(7 550 327)	(9 632 600)	(731)	(707 747)	(9 781)	-	(17 901 186)
Saldo final	10 126	44 986 217	68 064 884	1 204 108	19 072 850	32 844 077	-	166 182 261
Activos líquidos	12 940 474	19 487 309	36 721 818	706	4 799 206	17 745 941	868 625	92 564 080

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	14 801 600	73 202 602	132 418 671	1 581 381	27 287 263	45 178 852	2 312 547	296 782 916
Aquisições	-	385 478	4 971 241	-	3 248 386	5 309 415	1 050 306	14 964 826
Alienações	-	-	(300 774)	(136 532)	(526)	(724 211)	-	(1 162 043)
Transferências	-	(313 249)	1 964 756	-	341 315	175 332	(2 168 154)	-
Abates	-	(1 298 391)	(3 159 056)	(94 017)	(1 467 494)	(4 396 574)	-	(10 415 532)
Outras variações	-	-	-	-	-	870	-	870
Saldo final	14 801 600	71 976 440	135 894 838	1 350 832	29 408 944	45 543 684	1 194 699	300 171 037
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10 126	52 286 353	89 258 066	1 563 643	23 479 629	30 388 668	-	196 986 485
Amortizações do exercício	-	1 712 013	4 546 104	8 389	1 657 315	4 458 512	-	12 382 333
Alienações	-	-	(300 774)	(136 532)	(248)	(379 048)	-	(816 602)
Transferências	-	(3 617)	5 203	(165)	(909)	(512)	-	-
Abates	-	(1 271 929)	(3 156 218)	(86 268)	(1 452 774)	(4 255 131)	-	(10 222 320)
Outras variações	-	-	-	-	-	870	-	870
Saldo final	10 126	52 722 820	90 352 381	1 349 067	23 683 013	30 213 359	-	198 330 766
Activos líquidos	14 791 474	19 253 620	45 542 457	1 765	5 725 931	15 330 325	1 194 699	101 840 271

A 31 de dezembro de 2017 os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis ascendem a 868.625 euros (2016: 1.194.700 euros), apresentados na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso.

As aquisições do ano estão relacionadas essencialmente com o investimento realizado na fábrica de Avanca, no total de 3.028.340 euros em equipamentos que visam aumentar e melhorar as linhas de produção desta unidade fabril. Nas fábricas da Lagoa e do Porto foram investidos respetivamente, cerca de 304.999 euros e

50.000 euros na sua modernização, e na área comercial foram investidos cerca de 7.500.000 euros em equipamentos para o negócio de R&G e para a Nespresso.

Durante o período foram capitalizados gastos com pessoal na construção de ativos fixos tangíveis, reconhecidos como trabalhos para a própria entidade no montante de 456.043 euros.

Os abates incluem, maioritariamente equipamentos do negócio de R&G cuja vida útil já foi esgotada, sendo estes na sua maioria substituídos por equipamentos novos, bem como antigos equipamentos de fábrica já totalmente depreciados.

No decorrer do período de 2017, o valor dos gastos incorridos com estes ativos foi de 3.117.498 euros (2016: 3.993.780 euros), estando incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (conservação e reparação) da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica investimentos de carácter ambiental que ascendem a 30.000 euros. (2016: 293.243 euros).

Os Terrenos encontram-se mensurados ao custo considerado na data de transição para o SNC (ver nota 16 referente aos Excedentes de Revalorização).

Adicionalmente, os ativos fixos tangíveis incluem:

- Revalorizações efetuadas, antes da data de transição para o SNC, ao abrigo de diplomas legais no montante líquido de 5.334.163 euros; e,

- O custo considerado (na transição para o SNC) dos ativos totalmente depreciados em POC, no montante de 4.399.894 euros líquido de depreciações.

Ambos estes montantes se encontram registados em resultados transferidos, sendo que o seu valor não está disponível para distribuição aos acionistas (ver nota 16).

Desta forma o Grupo apresenta na rubrica de excedentes de reavaliação dos terrenos o montante de 5.771.654 (ver Nota 16).

Na rubrica outra variação está considerada a transferência para ativos detidos para venda dos ativos fixos tangíveis da Prolacto. (ver nota 7).

7 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A Nestlé Portugal, S.A. que é detentora de 100% do capital da sociedade Prolacto – Lacticínios de S. Miguel, S.A. anunciou no passado dia 29 de agosto de 2017 a decisão de explorar opções estratégicas para a sua fábrica de Lagoa, que incluem a sua potencial venda.

A Nestlé Portugal, procurou um interessado em explorar a plena capacidade de produção que possuía na fábrica e que pudesse assegurar a continuação da operação na região de forma sustentável no longo prazo. Desta forma a 31 de dezembro de 2017 a Nestlé Portugal reclassificou a participação que detinha na Prolacto, Lacticínios de São Miguel, S.A. para esta rubrica, ficando a aguardar a concretização das propostas que fizeram parte do processo de negociação e que se finalizou no passado dia 9 de abril de 2018 com a venda da Participação que detinha na Prolacto pelo montante de 4.000.000 euros.

Os Ativos e Passivos identificados a 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

Ativos fixos tangíveis	9 650 168
Ativos por impostos diferidos	45 675
Inventários	2 080 302
Clientes	3 449 319
Estado e outros entes públicos	101 515
Outros créditos a receber	826 308
Diferimentos	331 432
Caixa e depósitos bancários	3 120
	<u>16 487 838</u>

PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	203 698
Passivos por impostos diferidos	346 731
Fornecedores	1 122 781
Estado e outros entes publicos	118 186
Outras dívidas a pagar	734 551
	<u>2 525 947</u>

Imparidade registada em 2017 9 961 891

Valor Venda 4 000 000

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017							
	Goodwill	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	748 512	-	26 361 863	516 484	101 195	126 950	27 855 004
Aquisições	-	-	125 210	-	38 194	-	163 404
Transferências	-	-	126 950	-	-	(126 950)	-
Saldo final	748 512	-	26 614 023	516 484	139 389	-	28 018 408
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	149 702	-	26 361 863	446 386	-	-	26 957 951
Amortizações do período	149 702	-	50 432	6 680	11 106	-	217 920
Saldo final	299 405	-	26 412 295	453 066	11 106	-	27 175 872
Ativos líquidos	449 107	-	201 728	63 418	128 283	-	842 536
2016							
	Goodwill	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	748 512	-	26 361 863	516 484	1 307 324	296 525	29 230 708
Aquisições	-	-	-	-	58 346	99 475	157 821
Abates	-	-	-	-	(1 264 475)	(269 050)	(1 533 525)
Saldo final	748 512	-	26 361 863	516 484	101 195	126 950	27 855 004
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	-	26 361 863	439 706	1 255 213	-	28 056 782
Amortizações do período	149 702	-	-	6 680	9 262	-	165 644
Abates	-	-	-	-	(1 264 475)	-	(1 264 475)
Saldo final	149 702	-	26 361 863	446 386	-	-	26 957 951
Ativos líquidos	598 810	-	-	70 098	101 195	126 950	897 053

As amortizações do período foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização, no montante de 217.920 euros (ver nota 26). A Nestlé Portugal amortiza o Goodwill referente à aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos (149.702 euros/ano).

A rubrica de Outros Ativos intangíveis inclui a atribuição de licenças de CO₂ no total de 6.251 toneladas em 2017 e 7.257 toneladas em 2016. Estas atribuições encontram-se valorizadas a 6,11 EUR por tonelada em 2017 e a 8,049 EUR por tonelada em 2016.

No período de 2017 a Empresa emitiu 1.469 toneladas de CO₂ (2016: 1.325 toneladas).

Vidas úteis

A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos. Na rubrica "outros ativos intangíveis" está registada a licença referente à emissão de CO2 que é amortizada de acordo com os consumos efetivos dessas emissões. A amortização deste ativo, registada na rubrica de Gastos de depreciação e de amortização, é acompanhada pelo respetivo rendimento registado em "Outros rendimentos e ganhos". A vida útil do Goodwill foi estimada em 5 anos.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E GANHOS/PERDAS DE SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	12 502	12 502
Activos líquidos	<u>12 502</u>	<u>12 502</u>
2016		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	12 502	12 502
Activos líquidos	<u>12 502</u>	<u>12 502</u>

10 ATIVOS FINANCEIROS

Meios Financeiros líquidos

Os meios financeiros líquidos encontram-se detalhados na nota 5.

Cientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as contas a receber do Grupo apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	835 624	-	835 624	1 076 360	-	1 076 360
	835 624	-	835 624	1 076 360	-	1 076 360
Correntes:						
Clientes	85 230 880	(5 774 990)	79 455 890	92 118 640	(6 443 436)	85 675 204
Outros créditos a receber	2 119 252	-	2 119 252	4 316 641	-	4 316 641
	87 350 132	(5 774 990)	81 575 142	96 435 281	(6 443 436)	89 991 845
	88 185 756	(5 774 990)	82 410 766	97 511 640	(6 443 436)	91 068 204

As quantias registadas em “Clientes” (correntes e não correntes) estão deduzidas das estimativas de *rappel*, bónus e outros descontos comerciais a conceder aos clientes (TTS – “Total Trade Spend”), no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com estes, no montante de 21.577.416 euros (2016: 27.492.644 euros).

A diminuição desta rubrica justifica-se pela melhoria de cobrança em alguns clientes.

Os valores apresentados como não correntes referem-se aos valores a receber após 2017, de acordo com os contratos celebrados.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Transferências	Utilização	Reversões	Saldo Final
Cientes Gerais						
Clientes Tribunal	5 603 003	120 253	46 920	(442 765)	(63 897)	5 263 514
Clientes em Mora	840 433	232 033	(46 920)	(496 455)	(17 615)	511 476
	6 443 436	352 286	-	(939 220)	(81 512)	5 774 990
	6 443 436	352 286	-	(939 220)	(81 512)	5 774 990

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Cientes c/c e não corrente:	79 794 193	225 909	101 446	169 966	80 291 514
	79 794 193	225 909	101 446	169 966	80 291 514

11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas do ativo corrente e não corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Não correntes:		
"Comparticipações publicitárias"	13 493 888	13 024 027
Outros	454 547	454 665
	13 948 435	13 478 692
Correntes		
"Comparticipações publicitárias"	7 773 679	8 155 086
Outros	262 344	547 786
	8 036 023	8 702 872
	21 984 457	22 181 564

Cerca de 97% desta rubrica respeita ao diferimento das participações publicitárias pré-pagas aos clientes.

12 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2005, o Grupo passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade Nestlé Portugal, S.A.. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade Nestlé Portugal, S.A..

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	8 325 990	9 169 509
	<u>8 325 990</u>	<u>9 169 509</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(3 386 674)	724 318
	<u>(3 386 674)</u>	<u>724 318</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>4 939 316</u>	<u>9 893 827</u>

A reconciliação do imposto apresenta-se como segue:

	2017	2016
Resultado Antes de Impostos	20.114.571	30.892.978
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 21%	4.224.060	6.487.525
Diferenças permanentes:		
Impostos	(35.912)	(8.042)
Ativos tangíveis		51.255
Benefícios fiscais	(96.888)	(102.613)
Eliminação Dupla Tributação económica	-	-
Outros	19.454	269.508
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	(56.437)	39.273
Imparidade sobre Participação Financeira	(2.091.997)	
Ativos tangíveis	482.771	313.348
Imparidades e Provisões	136.444	(293.726)
Outros	(40.462)	34.175
	2.541.033	6.790.704
Derrama, Derrama estadual e Tributação autónoma	2.398.283	2.378.805
Imposto do período	4.939.316	9.169.508
Taxa Efectiva	24,56%	29,68%

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2017	2016	2017	2016
Provisões não consideradas fiscalmente	631 921	498 799	-	-
Benefícios de reforma (Pensões)	950 165	2 035 527	-	-
Gastos diferidos fiscalmente	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	(480 858)
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Ativos tangíveis	-	6 470	(1 165 972)	(1 298 987)
Outros passivos	424 705	343 557	-	-
Revalorizações de activos tangíveis (inclui terrenos custo considerado SNC)	-	-	(2 191 231)	(2 215 910)
Mais valias diferidas	-	-	(89 990)	(97 882)
Subsídios ao investimento	-	-	(34 876)	(38 579)
transferência para ativos e passivos não correntes detidos para venda	(45 675)	-	346 731	-
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidades em clientes	193 959	193 959	-	-
Ativos fixos tangíveis	287 366	304 393	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	2 639 901	-	-	-
	<u>5 082 342</u>	<u>3 382 704</u>	<u>(3 135 338)</u>	<u>(4 132 216)</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 foi como se segue:

	2017		2016	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	3 382 704	(4 132 217)	2 724 666	(3 835 049)
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	133 123	-	(146 309)	-
Benefícios de reforma (Pensões)	(75 337)	-	(98 907)	-
Instrumentos financeiros derivados	64 327	480 858	(251 242)	(480 858)
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Ativos tangíveis (Reavaliações legais anteriores a 2009)	-	14 732	-	11 173
Ativos tangíveis (Custo considerado na data de transição)	(23 496)	133 015	-	162 532
Outros passivos	8 672	-	198 526	-
Mais valias diferidas	-	7 892	-	6 135
Transferência para ativos e passivos não correntes detidos para venda	(45 675)	346 731	-	-
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidade em clientes	-	-	(125 367)	-
Ativos não correntes detidos para venda	2 639 901	-	-	-
	<u>2 701 515</u>	<u>983 228</u>	<u>(423 299)</u>	<u>(301 018)</u>
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	(1 010 027)	-	1 116 160	-
Derivados	8 150	-	(34 822)	-
Subsidio ao investimento	-	3 703	-	3 850
Excedentes revalorização	-	9 947	-	-
	<u>(1 001 877)</u>	<u>13 650</u>	<u>1 081 338</u>	<u>3 850</u>
Saldo final	<u>5 082 342</u>	<u>(3 135 338)</u>	<u>3 382 704</u>	<u>(4 132 217)</u>

O saldo dos passivos por impostos diferidos já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efetuada na rubrica de ativos fixos tangíveis “terrenos”, e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, nos montantes de 1.808.322 euros e de 1.165.972 euros (Ver Nota 16). Também contempla a reclassificação para Ativos não corridos detidos para venda da participação na Prolacto, Lacticínios de São Miguel, S.A. e respetiva estimativa de imparidade (nota 7).

13 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	18 211 135	-	18 211 135	17 700 852	-	17 700 852
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	10 057 732	-	10 057 732	3 638 346	(10 628)	3 627 718
Produtos acabados e intermédios	5 607 419	(153 414)	5 454 005	6 904 360	(16 125)	6 888 235
Produtos e trabalhos em curso	496 819	-	496 819	429 573	-	429 573
	34 373 105	(153 414)	34 219 692	28 673 131	(26 753)	28 646 378

O incremento na rubrica de Matérias primas no valor de 6.430.014 euros, deveu-se na sua grande maioria ao facto da nossa fábrica do Porto deixar de ter café à consigna desde julho de 2017.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	17 700 853	3 638 346	21 339 199
Compras	152 457 797	103 404 935	255 862 732
Regularizações	(8 782 176)	2 409 306	(6 372 869)
Saldo final	(18 211 135)	(10 057 732)	(28 268 868)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	143 165 338	99 394 855	242 560 194

	2016		
		MP, subsid.	
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	16 601 964	4 725 375	21 327 339
Compras	167 390 137	83 059 000	250 449 137
Regularizações	(8 474 542)	(813 742)	(9 288 285)
Saldo final	(17 700 853)	(3 638 346)	(21 339 199)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	157 816 706	83 332 286	241 148 992

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes, a mercadoria deteriorada e ao stock da Prolacto que foi transferido.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(6 904 360)	(429 573)	(7 333 933)
Regularizações	2 378 968	33 851	2 412 819
Saldo final	5 607 419	496 819	6 104 238
Variação dos inventários da produção	1 082 027	101 097	1 183 124

	2016		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(7 423 322)	(301 969)	(7 725 291)
Regularizações	(1 025 821)	-	(1 025 821)
Saldo final	6 904 360	429 573	7 333 933
Variação dos inventários da produção	(1 544 783)	127 604	(1 417 179)

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes, a produtos deteriorados e ao stock da Prolacto que foi transferido.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(7 241 313)	-	(5 836 639)
Estimativa de imposto (Ver Nota 12)	-	8 236 036	-	9 169 509
Retenção na Fonte	-	(20 397)	-	(13 159)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	829 530	-	854 529
Imposto sobre o valor acrescentado	-	9 463 142	45 563	9 869 953
Contribuições para a Segurança Social	-	1 163 329	-	1 154 701
Outros Impostos	-	605 197	-	76 980
	-	13 035 522	45 563	15 275 874

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescendo (IVA) no valor de 9.463.142 Euros. Este valor é referente ao IVA de novembro e dezembro pago, respetivamente em janeiro e fevereiro de 2018.

15 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Derivados - Potencialmente favoráveis	17 815	2 353 473
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	300 801	(548 403)
	318 616	1 805 070

Estes ativos e passivos estão relacionados com os mencionados na Nota 16 em “Outras Reservas”.

16 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 240.000 ações nominativas com o valor nominal de 125,00 Euros, cada.

CAPITAL

	2017	2016
Capital		
Valor nominal	30 000 000	30 000 000
Prémios / descontos	13 732 757	13 732 757
	<u>43 732 757</u>	<u>43 732 757</u>

TIPOS DE ACÇÕES

	Valor nominal	Nº de acções
2017		
Nominativas	125	240 000
	<u>125</u>	<u>240 000</u>
2016		
Nominativas	125	240 000
	<u>125</u>	<u>240 000</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 6.000.000 euros.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2016	(354 727)	210 944	38 102	(105 681)
CFH reserve -Commercial (NTC)	-	114 469	-	114 469
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	16 934	-	-	16 934
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	(34 821)	(34 821)
Quantia em 31-12-2016	(337 793)	325 413	3 281	(9 099)
CFH reserve -Commercial (NTC)	-	(368 547)	-	(368 547)
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	337 793	-	-	337 793
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	8 150	8 150
Quantia em 31-12-2017	-	(43 135)	11 431	(31 704)

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

Resultados transitados

A variação em 2017 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 20.999.151 euros;
- Distribuição de dividendos de 25.000.000 euros;

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes (líquidos de depreciação) de 5.334.163 euros e de 4.399.894 euros referentes a reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas e o montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

Distribuições

Em 2017 foram atribuídos aos acionistas, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 14 de novembro de 2017, dividendos no montante de 25.000.000 euros (104,17 euros por ação). O seu pagamento ocorreu em dezembro de 2017.

Excedentes de Revalorização (Terrenos)

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31/12/2017 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	8 956 464	(2 084 949)	6 871 515
outros movimentos	-	6 960	6 960
Saldo no final do período	8 956 464	(2 077 989)	6 878 475

O montante de 8.956.464 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuição.

Ajustamento e Outras variações no capital próprio

A rubrica de Ajustamentos e Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	(6 322 783)	(3 248 090)
Ganhos e perdas actuariais	3 832 746	(4 226 674)
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	(1 010 027)	1 116 160
Subsidio investimento	(16 457)	(17 113)
Imp diferido subsidio investimento	3 703	3 850
Licença de Co2:		
Atribuição	38 194	58 346
Utilização	(11 106)	(9 262)
Saldo final	(3 485 730)	(6 322 783)

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas actuariais, as licenças de CO2 e o respetivo imposto diferido.

17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Impostos	1 111 075	-	-	-	1 111 075
Processos judiciais em curso	66 842	-	(39 788)	-	27 054
Contratos onerosos	40 000	-	(40 000)	-	-
Matérias Ambientais	-	50 000	-	-	50 000
Reestruturações	1 252 509	1 662 833	-	(1 252 509)	1 662 833
Outras provisões	589 750	141 916	(39 168)	-	692 498
	<u>3 060 176</u>	<u>1 854 748</u>	<u>(118 956)</u>	<u>(1 252 509)</u>	<u>3 543 460</u>

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Impostos	1 111 075	-	-	-	1 111 075
Processos judiciais em curso	70 799	27 054	-	(31 011)	66 842
Contratos onerosos	-	40 000	-	-	40 000
Matérias ambientais	27 502	-	(22 400)	(5 102)	-
Reestruturações	2 434 368	1 252 509	-	(2 434 368)	1 252 509
Outras provisões	532 077	157 621	(39 474)	(60 474)	589 750
	<u>4 175 821</u>	<u>1 477 184</u>	<u>(61 874)</u>	<u>(2 530 955)</u>	<u>3 060 176</u>

A provisão para Impostos refere-se à melhor estimativa da empresa sobre o possível dispêndio com os processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão para Processos Judiciais regista a nossa melhor estimativa relativa a obrigações presentes referentes a processos judiciais em curso.

À data de 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 não existem passivos nem ativos contingentes.

18 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Fundo de Pensões do Grupo Nestlé é desde o dia 1 de janeiro de 2011 um fundo misto, sendo composto, por uma componente de Contribuição Definida com rentabilidade mínima garantida (para os colaboradores ativos da empresa) e outra de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS (em percentagem)

	2017	2016
Taxa de desconto	1,25%	1,00%
Retorno esperado dos activos do plano	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	1,50%

RESULTADOS

	2017	2016
Custo dos serviços correntes	2 172 727	2 128 165
Contribuições empregados	(499 036)	(474 367)
Custo de juros	463 397	811 355
Retorno esperado dos ativos do plano	(402 070)	(772 385)
Gastos administrativos	35 277	35 985
Total de gastos	1 770 296	1 728 753

Os totais de gastos do período encontram-se explicados nas notas 24 (gastos com pessoal) e 28 (juros)

As responsabilidades do fundo bem como a composição dos ativos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(45 832 519)	(47 649 002)
Justo valor dos ativos do fundo	42 393 279	40 386 233
	<u>(3 439 240)</u>	<u>(7 262 769)</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(262 715)	(555 155)
Passivos detidos para venda (responsabilidade Prolacto)	203 698	
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	<u>(3 498 257)</u>	<u>(7 817 924)</u>

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2017	2016
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	47 649 003	42 021 829
Custo dos serviços correntes	2 172 727	2 128 165
Custo de juros	463 397	811 355
(Ganhos)/perdas actuariais (Ver Nota 16)	(1 833 983)	5 595 839
Benefícios pagos	(2 618 624)	(2 908 186)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	<u>45 832 520</u>	<u>47 649 002</u>

MOVIMENTOS ATIVOS DO FUNDO

	2017	2016
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	40 386 233	38 957 784
Contribuição dos empregados	499 036	474 367
Retorno esperado dos ativos	402 070	772 385
Ganhos/(perdas) actuariais (Ver Nota 16)	1 998 763	1 369 165
Contribuições para o fundo	1 761 079	1 756 704
Benefícios pagos	(2 618 624)	(2 908 186)
Gastos administrativos	(35 277)	(35 985)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	<u>42 393 279</u>	<u>40 386 233</u>

A provisão para benefícios de Pré-reforma inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

ANALISE DE SENSIBILIDADE À:

Taxa de desconto (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	26 382 068	-5,00%	30 153 263	8,60%
Benefício Definido	17 127 651	-5,20%	19 088 621	5,70%
Total	43 509 719	-5,10%	49 241 884	7,40%

Taxa aumento salarial (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	28 631 467	3,10%	26 978 669	-2,80%
Benefício Definido	18 063 422	0,00%	18 063 422	0,00%
Total	46 694 889	1,90%	45 042 091	-1,70%

Taxa aumento pensões (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	27 769 097	0,00%	27 769 097	0,00%
Benefício Definido	19 133 645	5,90%	17 078 020	-5,50%
Total	46 902 742	2,30%	44 847 117	-2,20%

19 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Não Correntes		
Outras dívidas a pagar	898 373	791 871
	<u>898 373</u>	<u>791 871</u>
Correntes		
Outras dívidas a pagar	27 317 457	24 767 260
	<u>27 317 457</u>	<u>24 767 260</u>
	<u>28 215 831</u>	<u>25 559 131</u>

Na rubrica de outras dívidas a pagar encontram-se registados os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respetiva segurança social), no valor total de 10.655.882 euros, (2016: 10.758.340 euros) assim como os acréscimos de gastos do negócio da Nespresso referentes ao período de 2017 no montante de, aproximadamente, 5.339.384 euros (2016: 6.120.787 euros). Estão também registados 1.809.297 euros (2016: 910.937 euros) referentes a energia, serviços de consultadoria e transporte e ainda 2.130.313 euros (2016: 2.296.332 euros) referentes a royalties. Registou-se também um encargo de marketing no montante de 1.027.583 euros.

20 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	64 400 671	64 343 094
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	9 095 840	9 701 292
	<u>73 496 511</u>	<u>74 044 386</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2017	2016
		Montante utilizado	Montante utilizado
		Corrente	Corrente
Outros empréstimos obtidos:			
Cash Pooling	Nestlé Espanha	32 427 629	28 356 776
		<u>32 427 629</u>	<u>28 356 776</u>
		<u>32 427 629</u>	<u>28 356 776</u>

A Partir de Outubro de 2010 a Nestlé Portugal, juntamente com todas as demais Sociedades do grupo Nestlé em Portugal, adotou o sistema Cash Pooling. Desta forma a sociedade apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado. (Nota 5)

O cash-pooling vence juros à taxa de juro Euribor (a 1 mês), acrescida de um spread de 0,25%, sendo que não existe maturidade definida.

21 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Venda de bens	478 051 502	472 941 862
Prestação de serviços	6 400 074	7 000 533
	<u>484 451 576</u>	<u>479 942 395</u>

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("Net Net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As vendas de bens cresceram cerca de 1%, devido aos negócios de Coffee and Beverage (Dolce Gusto), Purina Petcare e Nespresso.

22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rédito relativo a subsídios à exploração reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

2017:

Subsídio	Saldo Inicial 2017	Subsídio 2017	Montante recebido em 2017	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	117 688	111 321	125 509	103 500	111 321
	<u>117 688</u>	<u>111 321</u>	<u>125 509</u>	<u>103 500</u>	<u>111 321</u>

2016:

Subsídio	Saldo Inicial 2016	Subsídio 2016	Montante recebido em 2016	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	63 011	87 344	32 667	117 688	87 344
	<u>63 011</u>	<u>87 344</u>	<u>32 667</u>	<u>117 688</u>	<u>87 344</u>

Trata-se de um subsídio atribuído pela Região Autónoma dos Açores, referente ao custo parcial do transporte de leite em pó exportado em 2017, que irá ser recebido em 2018 e não será reembolsável.

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Subcontratos	1 967 373	1 369 031
Serviços especializados -Trabalhos especializados	13 654 181	13 046 936
Serviços especializados -Publicidade e propaganda	43 768 896	42 717 503
Serviços especializados - Vigilância e segurança	534 017	518 720
Serviços especializados - Honorários	687 505	792 737
Serviços especializados - Comissões	198 338	185 803
Serviços especializados - Conservação e reparação	3 703 572	4 888 915
Serviços especializados - Outros	31 560	785 400
Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	586 465	586 472
Materiais - Livros e documentação técnica	60 196	14 255
Materiais - Material de escritório	158 395	236 768
Materiais - Artigos para oferta	570	346
Materiais - Limpeza, higiene e conforto	53 473	56 118
Materiais - Laboratório	62 955	67 318
Materiais - Outros	253 100	279 632
Energia e fluidos - Electricidade	2 341 228	2 236 829
Energia e fluidos - Combustíveis	1 399 408	1 404 259
Energia e fluidos - Água	439 664	445 501
Energia e fluidos - Outros	2 286 256	2 632 719
Deslocações e estadas	2 675 341	2 662 597
Transportes de mercadorias	9 774 916	9 098 527
Serviços diversos - Rendas e alugueres	6 939 834	7 033 899
Serviços diversos - Comunicação	891 298	870 455
Serviços diversos - Seguros	733 696	685 542
Serviços diversos - Royalties	24 342 931	23 845 558
Serviços diversos - Despesas de representação	133 699	156 773
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	476 587	434 645
Serviços diversos - Outros	8 936 468	9 679 417
	<u>127 091 921</u>	<u>126 732 678</u>

Os gastos com fornecimentos e serviços externos mantiveram-se em linha com o ano de 2016.

Os gastos com publicidade e propaganda representam 34% da rubrica de fornecimentos e serviços externos em 2017, bem como em 2016.

Os gastos com publicidade e propaganda incluem despesas com “media” aproximadamente 8.109.000 euros (2016: 9.177.487 euros), atividades no ponto de venda 10.600.000 euros (2016: 11.000.000 euros), patrocínios 4.000.000 euros (2016: 3.600.000 euros), bem com publicidade do negócio Nespresso no montante de 6.800.000 euros (2016: 5.700.000 euros). O aumento desta rubrica está diretamente relacionado com o crescimento da atividade da empresa.

24 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	48 981 007	48 545 551
Benefícios pós-emprego	1 699 631	1 661 501
Indemnizações	578 343	3 991
Encargos sobre remunerações	10 992 864	10 690 894
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	375 757	383 560
Gastos de acção social	2 622 950	2 942 985
Outros	5 594 932	3 282 503
	<u>70 845 484</u>	<u>67 510 984</u>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 1839 (2016: 1869).

Verifica-se um aumento de gastos com o pessoal relativamente a 2016, justificado pela variação da rubrica “Outros”, derivado ao projeto de reestruturação “Nestlé Business Excellence”.

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Outros rendimentos suplementares	5 949 021	5 005 280
Recuperação de dívidas a receber	11 318	82 973
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1 318 365	2 680 748
Outros	1 166 631	4 421 986
	<u>8 445 335</u>	<u>12 190 987</u>

A variação desta rubrica deve-se na sua maioria, ao facto de se ter reconhecido o ganho associado à venda do negócio de gelados à Froneri em 2016, no valor de 3.449.672,96 euros.

26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Impostos	884 401	350 141
Dívidas incobráveis	161	238
Perdas em inventários	905 996	1 181 962
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	172 271	468 023
Outros	6 428 117	8 619 643
	<u>8 390 946</u>	<u>10 620 007</u>

Na rubrica Outros encontram-se registados gastos com donativos, quotizações, gastos com ofertas e amostras de inventários, perdas em instrumentos financeiros e diferenças de câmbio desfavoráveis, nos montantes de 284.195 euros (2016: 109.136 euros), 88.091 euros (2016: 95.340 euros), 2.950.000 euros (2016: 3.511.368 euros), 1.725.674 euros (2016: 121.818) e 271.361 euros (2016: 3.158.689 euros) referentes a 2017.

27 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Activos fixos tangíveis (nota 6)	13 044 949	12 382 333
Intangíveis (nota 8)	217 920	165 644
	<u>13 262 869</u>	<u>12 547 977</u>

28 JUROS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Financiamentos bancários	109 724	122 962
Financiamentos obtidos de associadas e entidades conjuntamente controladas	12 685	22 983
Outros financiamentos	85 660	75 576
	<u>208 068</u>	<u>221 521</u>
Outros gastos de financiamento	52 409	84 616
	<u>260 477</u>	<u>306 137</u>

O decréscimo desta rubrica deve-se à diminuição do gasto com juros relativos ao Cash Pooling.

Nesta rubrica estão incluídos os juros referentes aos gastos financeiros com o fundo de pensões.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Outros	939	21 732
	<u>939</u>	<u>21 732</u>

Os juros registados nesta rubrica são referentes a juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2017	2016
Até 1 ano	4 153 101	1 497 918
Entre 1 ano e 5 anos	7 130 687	1 773 645
	<u>11 283 788</u>	<u>3 271 563</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2017	2016
Pagamentos mínimos	3 179 881	3 155 558
	<u>3 179 881</u>	<u>3 155 558</u>

Locações financeiras

Os valores presentes dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2017	2016
Até 1 ano	364 899	371 497
Entre 1 ano e 5 anos	835 624	1 076 360
	<u>1 200 523</u>	<u>1 447 857</u>

30 PARTES RELACIONADAS

O Grupo é detido em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano 2017:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	48 492 133	4 359 717	119 816	19 233 887	940 794	2 677 174	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	19 447 121	-	-	10 953 675	-	5 786 639	-
Outras partes relacionadas	115 003 496	7 496 368	-	35 099 498	2 495 189	1 043 085	24 342 931
	<u>182 942 750</u>	<u>11 856 085</u>	<u>119 816</u>	<u>65 287 060</u>	<u>3 435 983</u>	<u>9 506 897</u>	<u>24 342 931</u>

Ano 2016:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	49 144 511	5 182 808	142 805	26 086 708	1 293 058	3 194 216	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	20 240 686	-	-	11 641 025	-	5 754 547	-
Outras partes relacionadas	118 295 518	9 836 336	-	34 208 172	1 123 867	960 840	23 845 556
	<u>187 680 715</u>	<u>15 019 144</u>	<u>142 805</u>	<u>71 935 905</u>	<u>2 416 925</u>	<u>9 909 603</u>	<u>23 845 556</u>

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2017:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	2 658 706	147 869	2 806 575	7 238 796	32 427 629	39 666 425
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1 327 472	-	1 327 472	1 988 003	-	1 988 003
Outras partes relacionadas	6 889 223	-	6 889 223	11 362 602	-	11 362 602
	<u>10 875 401</u>	<u>147 869</u>	<u>11 023 269</u>	<u>20 589 401</u>	<u>32 427 629</u>	<u>53 017 030</u>

Ano 2016:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3 212 581	333 468	3 546 048	7 041 735	28 356 776	35 398 510
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1 332 434	-	1 332 434	2 172 528	-	2 172 528
Outras partes relacionadas	6 291 281	-	6 291 281	9 546 037	-	9 546 037
	<u>10 836 296</u>	<u>333 468</u>	<u>11 169 763</u>	<u>18 760 300</u>	<u>28 356 776</u>	<u>47 117 076</u>

A Nestlé Portugal, S.A. pagou à Nestle Espanha referente ao Ano de 2016, dividendos no montante de 25.000.000 euros (ver Nota 15).

A Nestlé Portugal, S.A. recebeu dividendos do Agrupamento Cereal Associados de Portugal – A.E.I.E. no valor de 1.577.723 euros.

31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Art.º 508-F do código das sociedades comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;
- b) Os honorários totais faturados no período findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 70.750 euros sendo detalhados conforme se segue:

Tipo de serviços	Honorários faturados	
	2017	2016
Revisão legal das contas anuais	70 750	70 110
	<u>70 750</u>	<u>70 110</u>

Informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

32 GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas a terceiros à data de 31 de dezembro de 2017 no montante total de 2.151.873 euros são as seguintes:

Garantia	Entidade Bancária	Montante
Alfandega	BPI	200 000
Instalações arrendadas	BPI	401 174
Autoridade Tributária	BST	992 822
Processos judiciais em curso	BST	249 319
Instalações arrendadas	BST	79 473
Concursos	BST	229 085
		<u>2 151 873</u>

33 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão a 10 de maio de 2018.

A operação de venda da participação detida na Prolacto, Lacticínios de São Miguel, S.A. aconteceu no passado dia 9 de abril de 2018, não tendo originado impactos nas contas Consolidadas aqui apresentadas, por se concretizar a imparidade já reconhecida neste período.

Não foram recebidas outras informações após a data do balanço que alterassem as condições à data do balanço.

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Nestlé Portugal, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 246.389.727 euros e um total de capital próprio de 86.210.430 euros, incluindo um resultado líquido de 15.175.262 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Nestlé Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e,



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 1 de Agosto de 2018

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Rui Miguel Nogueira Machado (ROC n.º 1012)